



SAÚDE

Médicos acusam pressão de planos

Pesquisa da AMB aponta que 53% dos profissionais sofreram tentativas ou interferências para alterar tratamentos prescritos aos pacientes. Lista de constrangimentos chega até às altas antecipadas

» GABRIELA BERNARDES*
» GABRIELA CHABALGOITY*

Divulgação/Governo do Paraná



Pelo menos metade dos médicos ouvidos pela Associação Médica Brasileira (AMB) afirmou que sofreu alguma pressão dos planos de saúde para prejudicar os pacientes. Os dados de uma pesquisa realizada pela entidade, divulgada ontem, mostram que 53% dos profissionais sofreram tentativas ou interferências para alterar os tratamentos que prescreveram.

Ainda de acordo com a sondagem, tal situação ocorre “às vezes” com 40,9% dos médicos e “com frequência” para 12,2%. Além disso, os dados mostram que 51,8% dos médicos encontraram dificuldades para internar pacientes, sendo que 6,7% disseram que tal situação acontece com frequência. Mais da metade dos profissionais também afirmou sofrer ou já ter sofrido pressão para antecipar a alta de pacientes — 13,6% disseram que isso é frequente.

Segundo Marun David Cury, diretor de defesa profissional da Associação Paulista de Medicina (APM) e consultor da AMB, esse assédio “não é de hoje. As operadoras de planos de saúde vêm cerceando o trabalho do médico há muito tempo e de várias maneiras: não autorizando procedimentos, questionando o médico o porquê de ele está pedindo aquele procedimento, entre outros. Isso acaba prejudicando diretamente o usuário”.

Cury explica que, muitas vezes, os médicos estão condenados a se sujeitar às exigências dos planos, já que o mercado

particular é muito restrito. “Hoje, 1% tem consultório particular e vive só disso. A grande maioria tem consultório, mas atende seguros de saúde. Isso se deve porque tem mais de 50 milhões de usuários de plano de saúde no Brasil”, salientou.

O estudo foi realizado pela AMB em conjunto com a Associação Paulista de Medicina (APM) com 3.043 profissionais. Dos profissionais ouvidos,

59,2% eram homens e 40,8% mulheres. A margem de erro é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos.

Justificativas

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) esclareceu que “sempre incentivou as melhores condutas por todos os atores da saúde suplementar”. Já a Associação Brasileira de

Planos de Saúde (Abramge) também destacou que defende a autonomia dos médicos.

“Essa autonomia, no entanto, não afasta a importância do desenvolvimento e aprimoramento das práticas médicas e dos protocolos clínicos, que servem como referência tanto para os profissionais de saúde quanto para os pacientes”, disse.

Também em nota, a Federação Nacional de Saúde

Suplementar (FenaSaúde) defendeu que as pontuações da pesquisa da ABM “não condizem com as condutas seguidas por suas associadas, que hoje atendem a cerca de 30% dos beneficiários de planos médico-hospitalares do mercado. As associadas à FenaSaúde têm como conduta cumprir rigorosamente todas as leis, normas e regulamentações que lhe são impostas pelos órgãos competentes”.

CRISE NA EDUCAÇÃO

Na PF, Ribeiro nega favorecimento a prefeituras

Reprodução/Redes sociais

Depois de pedir exoneração do cargo por causa do escândalo do gabinete paralelo de pastores no Ministério da Educação (MEC), o ex-ministro Milton Ribeiro foi ouvido pela primeira vez, ontem, no inquérito que apura as suspeitas de corrupção na pasta. Em depoimento na sede da Polícia Federal, em Brasília, ele confirmou que o presidente Jair Bolsonaro (PL) lhe pediu para receber os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura, acusados por prefeitos de cobrarem propina para intermediar a liberação de verbas do MEC. Mas negou ter favorecido prefeituras indicadas pelos religiosos na distribuição de recursos.

Questionado pelo delegado, o ex-ministro deu menor importância para o interesse de Bolsonaro na reunião. Disse que não recebeu qualquer demanda ou questionamento do presidente a respeito do assunto tratado no encontro ou de eventuais pedidos dos pastores. Ribeiro negou, também, ter conhecimento de qualquer irregularidade na negociação de verbas do MEC.

O inquérito contra o ex-ministro foi aberto a pedido do procurador-geral da República, Augusto Aras, que viu indícios dos crimes de corrupção passiva, tráfico de influência, prevaricação e advocacia administrativa. Aras



Ribeiro com os pastores Gilson e Arilton (ao fundo). Ex-ministro desconhece irregularidades

ainda precisa dizer se Bolsonaro também será investigado.

Ausência

A Comissão de Educação do Senado aprovou, também ontem, a convocação do ministro interino da Educação, Victor Godoy,

para prestar esclarecimentos sobre as suspeitas de corrupção. O requerimento foi aprovado na mesma sessão em que Ribeiro deveria dar explicações aos parlamentares — mas ele não atendeu ao convite.

A ausência do ex-ministro foi informada na noite de

quarta-feira pela assessoria parlamentar do MEC à secretaria da comissão, o que causou críticas do colegiado. Durante a sessão, Ribeiro foi acusado de fugir das explicações.

“Acho que a maneira cortês, urbana, com que ele sempre foi tratado nesta comissão



Acho que a maneira cortês, urbana, com que ele sempre foi tratado nesta comissão — não a esta presidência, mas à comissão — merecia dele pelo menos uma distinção, um telefonema, um e-mail justificando a sua ausência. Não ocorreu nada disso”

Senador Marcelo Castro,
presidente da Comissão de Educação

— não a esta presidência, mas à comissão — merecia dele pelo menos uma distinção, um telefonema, um e-mail justificando a sua ausência. Não ocorreu nada disso”, disse o senador Marcelo Castro (MDB-PI), presidente da Comissão de Educação.

MEIO AMBIENTE

Cármen vê “cupinização” de órgãos de controle

» MARIA EDUARDA CARDIM
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), acusou, ontem, o governo Bolsonaro de promover uma “cupinização silenciosa e invisível” dos órgãos de fiscalização e controle do meio ambiente. Ela é a relatora de seis das sete ações em andamento do chamado Pacote Verde e, apesar de ter concluído a parte introdutória do voto, sessão foi encerrada antes da apresentação de todo o conteúdo. Será retomada na próxima quarta-feira.

“As instituições são destruídas por dentro como cupim, sem que mostre exatamente o que se passa. Promovem-se políticas públicas ineficientes, ineficazes”, disse a ministra.

O Pacote Verde reúne sete tópicos contra decisões ou omissões do governo sobre licenciamento ambiental, fundos de proteção e desmatamento da Amazônia. Para a ministra, a pauta tem importância fundamental para o direito à vida.

“Essa pauta não interessa apenas aos brasileiros e ao Brasil. Interessa, hoje, globalmente, é uma questão planetária porque é uma questão do clima, que é de interesse de todos os habitantes deste planeta”, pontuou Cármen logo no início da sessão.

Transgressão

A ministra reconheceu a existência de um “estado de coisas inconstitucionais” na política ambiental do governo. “A inércia, a atuação insuficiente, ou contrária aos deveres constitucionais, macula de inconstitucionalidade a atuação do estado, impondo a intervenção judicial para restabelecer a eficácia dos direitos constitucionais, a dignidade ambiental, os direitos fundamentais dos indivíduos das presentes e futuras gerações”, afirmou, justificando a necessidade de o Supremo agir em uma área de responsabilidade dos Poderes Executivo e Legislativo.

Na pauta de ontem, foram analisadas conjuntamente duas ações que tratam da inércia e ineficiência do governo na Amazônia. Logo na abertura para votação, Cármen citou as declarações do ministro da Economia, Paulo Guedes, de que o Brasil seria um “pequeno transgressor” da legislação ambiental e um “pequeno poluidor” à nível global. Antes de Guedes, o ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, já havia falado em “passar a boiada”, flexibilizando a fiscalização na Amazônia legal. Em resposta, a ministra afirmou que a transgressão do Estado brasileiro foi confessada por falhas oficiosas de uma autoridade oficial.

Dos sete processos, seis foram movidos por partidos de oposição ao governo e um pela Procuradoria-Geral da República, durante a gestão de Raquel Dodge. A inclusão conjunta dos processos na pauta ocorreu após pedido das ministras Cármen e Rosa Weber, relatoras das ações, ao presidente do STF, Luiz Fux, após os ministros receberem um grupo de artistas que promoveu o Ato pela Terra, em Brasília, em 9 de março. Os artistas pediram pelo avanço de pautas a favor do meio ambiente. (Com Agência Estado)

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi